DECRETO Nº 20.063, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018.

Altera o *caput* e o § 3º do art. 3º, o *caput* e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 5º, o *caput* e os §§ 1º e 3º do art. 6º, os incs. I, II e III do art. 7º, os incs. IV e V do *caput* do art. 8º, os incs. I e III do art. 9º, o *caput* do art. 10, o *capita* dos arts. 11, 12 e 13, inclui parágrafos únicos nos arts. 8º e 11, e revoga os incs. IV, V e VI e o parágrafo único do art. 7º e os incs. I, II, III e IV do art. 10 do Decreto nº 18.313, de 10 de junho de 2013, que regulamenta a Lei nº 10.260, de 28 de setembro de 2007, que rege o estacionamento temporário de veículos, mediante pagamento, em vias e logradouros públicos de uso comum.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 94, inciso X, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que estabelece competência aos órgãos executivos de trânsito dos municípios e a implantação, manutenção e operação do sistema de estacionamento rotativo pago;

Considerando que a implantação do Estacionamento Rotativo Pago, Área Azul Eletrônica de Porto Alegre, democratizou o acesso às vagas de estacionamento, evitando a apropriação privada do espaço público nas zonas de maior interesse de estacionamento; e

considerando a necessidade de efetuar a atualização monetária do valor da tarifa do serviço, ante o lapso de tempo transcorrido desde a fixação de valores apresentada no item 3.1.1 do Edital de Concorrência nº 1/2016, conforme prerrogativa prevista no item 21 do Edital.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam alterados o *caput* e o § 3º do art. 3º do Decreto nº 18.313 de 10 de junho de 2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A exploração do estacionamento rotativo pago em vias e logradouros públicos será efetuada sob o regime de concessão onerosa, por meio de controle automatizado e

informatizado, utilizando tecnologias que permitam total controle da arrecadação, aferição imediata de receitas e auditoria permanente por parte do Município de Porto Alegre.

.....

§ 3º Os parquímetros ou sistemas eletrônicos análogos emitirão comprovantes de pagamento e serão utilizados pelos usuários mediante:

I – moedas;

II – cartões pré-pagos padronizados, recarregáveis ou não;

III – cartões de crédito e débito, diretamente no parquímetro ou por meio de aplicativo em telefone celular (tíquete virtual);

IV – novas tecnologias que venham a ser desenvolvidas e aprovadas pelo Poder Concedente.

.....” (NR)

Art. 2º Ficam alterados o *caput* e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 5º do Decreto nº 18.313, de 2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O período máximo de estacionamento contínuo numa mesma vaga será definido pelo Executivo, de acordo com os projetos de implantação de estacionamentos rotativos e suas respectivas áreas, vedada sua prorrogação.

§ 1º É obrigatória a retirada do veículo após o término do período máximo indicado pelo Executivo, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 9.503, de 1997, CTB, inclusive a remoção do veículo.

§ 2º A empresa concessionária deverá manter orientadores junto aos estacionamentos rotativos pagos, a fim de controlar as respectivas áreas, de acordo com o contrato de concessão.

§ 3º Na hipótese de infração às normas que regulamentam o estacionamento rotativo, caberá a EPTC a autuação e a apreensão do veículo infrator, recolhendo-o ao depósito destinado para esse fim.

.....” (NR)

Art. 3º Ficam alterados o *caput* e os §§ 1º e 3º do art. 6º do Decreto nº 18.313, de 2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Para o uso de vagas por tempo superior ao limite estabelecido pelo Executivo, para a realização de serviços que exijam utilização especial, será obrigatória a prévia requisição de autorização especial à EPTC, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º O requerimento de autorização especial deverá ser entregue na EPTC, no setor e na forma por esta indicados, contendo, as seguintes informações:

I – indicação do serviço a ser realizado;

II – número de vagas necessárias;

III – equipamento a ser utilizado; e

IV – prazo de duração do serviço.

.....

§ 3º A tarifa a ser paga pelo usuário será calculada pelo período total de sua permanência no estacionamento, considerando a proporção indicada no art. 10 deste Decreto, observado o limite máximo de tempo indicado pelo Executivo para cada área de estacionamento.

.....” (NR)

Art. 4º Ficam alterados os incs. I, II e III do art. 7º do Decreto nº 18.313 de 10 de junho de 2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

I – permanecer estacionado, na mesma vaga, por período superior ao limite definido pelo Executivo;

II – permanecer estacionado por período superior ao efetivamente pago para a utilização da área pelo usuário;

III – estacionar em local demarcado com faixas amarelas ou fora do espaço delimitado para a vaga;

.....” (NR)

Art. 5º Ficam alterados os incs. IV e V do *caput* e incluído o parágrafo único no art. 8º do Decreto nº 18.313, de 2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....
IV – veículos em atividade de comércio, excetuados os casos de entregas de mercadoria ou devidamente autorizados pelo Executivo;

V – *containers* ou caçambas estacionárias, excetuados os casos autorizados pelo Executivo;

Parágrafo único. O estacionamento de motocicletas e veículos de carga será permitido exclusivamente nas áreas de Estacionamento Rotativo Pago autorizadas e sinalizadas para tanto, de acordo com as regiões do Município e as tarifas a serem definidas pela EPTC no respectivo estudo técnico.” (NR)

Art. 6º Ficam alterados os incs. I e III do art. 9º do Decreto nº 18.313 de 10 de Junho de 2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

I – não ser autuado pelo tempo compatível com o deslocamento até o parquímetro e inserção dos dados correspondentes ao veículo e período de utilização.

.....
III – estacionar de forma contínua, durante o período pago, em qualquer área compatível do Estacionamento Rotativo Pago.” (NR)

Art. 7º Fica alterado o *caput* do art. 10 do Decreto nº 18.313, de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Fica fixada a tarifa de utilização do Estacionamento Rotativo Pago no valor de R\$ 1,05 (um real e cinco centavos) por cada período de 30 (trinta) minutos de permanência no estacionamento, observado o limite máximo de tempo indicado pelo Executivo para cada área de estacionamento.” (NR)

Art. 8º Fica alterado o *caput* e incluído o parágrafo único no art. 11 do Decreto nº 18.313, de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. O valor da tarifa será reajustado, anualmente, durante toda vigência da concessão, de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPC-A) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do período ou, no caso de sua extinção, por índice que o substitua, conforme cálculos da EPTC.

Parágrafo único. Em caso de valores fracionados de tarifa, adotar-se-á arredondamento estatístico considerando-se intervalos de R\$ 0,05 (cinco centavos de real).” (NR)

Art. 9º Fica alterado o art. 12 do Decreto nº 18.313, de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Constituem benefícios integrantes do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago:

I – isenção de tarifa de utilização, exclusivamente nas hipóteses de:

a) veículo utilizado para o transporte de pessoas com deficiência e portadores da respectiva carteira de isenção fornecida pelo ente municipal competente, conforme regulamentação própria;

b) veículo inserto no inc. VII do art. 29 da Lei nº 9.503, de 1997, CTB, quando em serviço de urgência e devidamente identificados por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente; e

c) veículos utilizados por Oficial de Justiça, exclusivamente quando em serviço, conforme legislação vigente;

II – redução da tarifa de utilização para os residentes nos imóveis localizados em frente às vagas do Estacionamento Rotativo Pago, que comprovadamente possuam moradia sem garagem e nas condições expressas em Resolução da EPTC; e

III – reserva de vagas para idosos, conforme legislação específica.

Parágrafo único. O cadastramento de veículos e beneficiários das hipóteses referidas neste artigo será efetuado pela EPTC, mediante o pagamento de preço público, por veículo cadastrado e a cada emissão de carteira, conforme legislação vigente.” (NR)

Art. 10. Fica alterado o art. 13 do Decreto nº 18.313, de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. A implantação de áreas de Estacionamento Rotativo Pago constitui medida visando, exclusivamente, à promoção da mobilidade urbana, ao uso do espaço público e ao acesso democrático da vagas de estacionamento público, sem a ocorrência de guarda dos veículos, não ensejando, portanto, qualquer responsabilidade do Município, da EPTC ou da concessionária por eventuais acidentes, danos, furtos, sinistros ou prejuízos de qualquer natureza que os veículos ou usuários venham a sofrer nas respectivas áreas.” (NR)

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 18.313 de 10 de junho de 2013:

I – os incs. IV, V e VI e o parágrafo único do art. 7º; e

II – os incs. I, II, III e IV do art. 10.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 14 de setembro de 2018.

Nelson Marchezan Júnior,
Prefeito de Porto Alegre .

Registre-se e publique-se.

Eunice Nequete,
Procuradora-Geral do Município.